

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em atendimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas., o relatório da administração, as demonstrações financeiras e os relatórios dos auditores independentes, referente às atividades da Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Swiss Re" ou "Resseguradora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Contexto Institucional: A Swiss Re Brasil Resseguros, empresa do Grupo Swiss Re, iniciou suas operações no Brasil no ano de 2012, com o objetivo de disponibilizar produtos e serviços aos clientes de forma inovadora, e mantendo a qualidade e compromisso que são reconhecidos ao redor do mundo. Com mais de 150 anos de atuação, o Grupo Swiss Re, que já possuía autorização para operar como Resseguradora admitida, através da Swiss Reinsurance America Corporation e da Swiss Reinsurance Company Ltd estabeleceu a Swiss Re Brasil Resseguros, uma Resseguradora local que tem como objetivo oferecer capacidade de resseguro ao mercado segurador brasileiro dentro dos padrões e políticas do Grupo Swiss Re.

Nossa Visão e Missão: **Visão:** Nós tornamos o mundo mais resiliente. **Missão:** Juntos nós aplicamos novas perspectivas, conhecimento e capital para antecipar e gerenciar riscos. É assim que criamos soluções mais inteligentes para os nossos clientes, ajudando o mundo a reconstruir, renovar e seguir em frente.

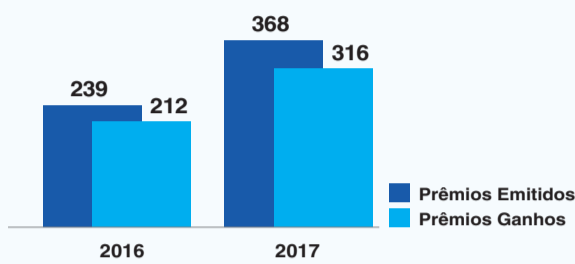
Desempenho: O resultado operacional da Swiss Re evoluiu significativamente no exercício de 2017 com um total de R\$ 68,9 milhões, frente a R\$ 31,4 milhões em 2016, um aumento de 119,7%. Dentre os principais fatores que impulsionaram este desempenho estão o crescimento em prêmios emitidos, que encerrou o exercício de 2017 com R\$ 367,5 milhões, uma evolução de 53,6% se comparado a R\$ 239,3 milhões em 2016, e o resultado com investimentos obtido ao longo do ano de 2017 que foi de R\$ 65,5, uma evolução de 19,7% frente ao resultado financeiro de 2016 que foi de R\$ 54,7. Em dezembro de 2017 a Resseguradora reconheceu prêmios ganhos de R\$ 316,3 milhões, um crescimento de 49,5% frente ao mesmo período de 2016, que contabilizou prêmios ganhos de R\$ 211,5 milhões.

No mesmo período, a Resseguradora apresentou lucro líquido de R\$42,9 milhões, evolução de 132,0% frente ao lucro líquido de R\$ 18,5 milhões auferidos em 31 de dezembro de 2016. Os sinistros ocorridos, brutos de retrocessão, reportados em 2017 somaram um total de R\$ 210,9, uma redução de 15,1% ao compararmos com o mesmo período de 2016 que teve um total de R\$ 250,9, mostrando uma estabilização na linha de sinistros ocorridos e melhora no processo de subscrição de riscos ao longo do ano de 2017. O índice de sinistralidade em 2017 ficou em 67,3%, uma redução de 51,3 pontos percentuais quando comparado ao exercício de 2016.

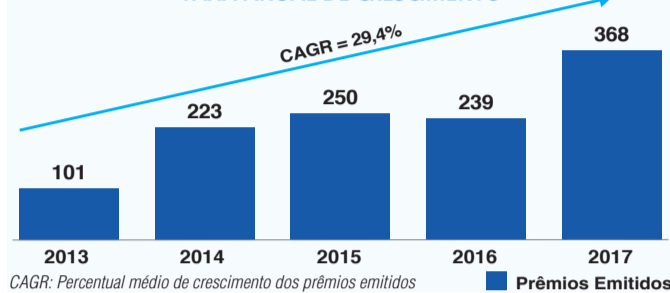
Agradecimentos: Agradecemos a todos aqueles que nos apoiaram: nossos funcionários e colaboradores pela total dedicação, aos nossos clientes, Companhias Seguradoras/Resseguradoras e brokers de resseguro pela total confiança e costumeira parceria.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

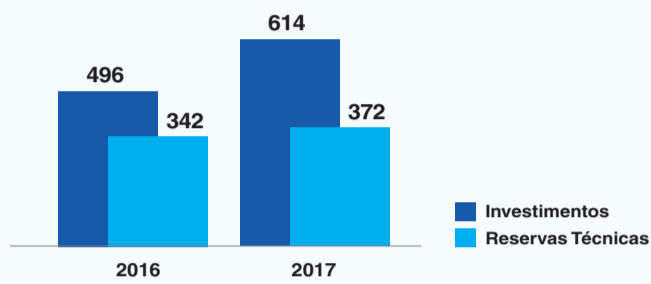
PRÊMIOS EMITIDOS x PRÊMIOS GANHOS



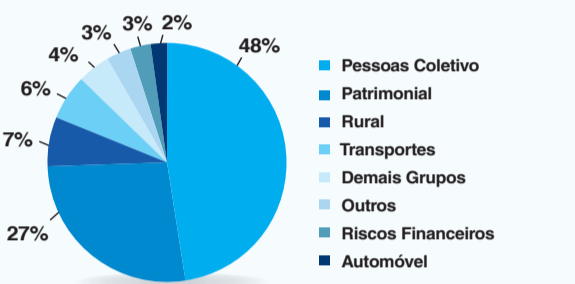
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO



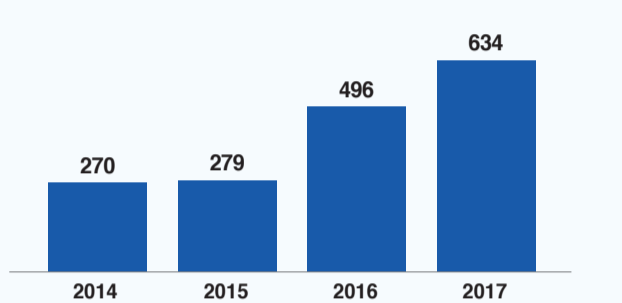
COBERTURA DAS RESERVAS TÉCNICAS



PRÊMIOS EMITIDOS - GRUPO DE RAMOS



EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



EVOLUÇÃO DO RESULTADO



Notas de solidez financeira do Grupo Swiss Re

Rating	Standard & Poor's	Moody's	A.M.Best
	AA-	Aa3	A+
	Estável	Estável	Estável

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Ativo Circulante Disponível	72.987	647.756	1.064.155	851.545
Caixa e bancos (Nota 4)	1.616	771	75.479	25.024
Aplicações (Nota 5(a))	54.194	74.773	40.878	9.409
Créditos das operações com seguros e resseguros	309.523	233.463	731	575
Operações com seguradoras (Nota 6(a))	247.951	209.902	1.512	1.218
Operações com resseguradoras (Nota 6(b))	61.572	23.561	32.154	13.492
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 7(a))	330.983	320.693	204	330
Titulos e créditos a receber	23.475	10.136	161.393	103.510
Titulos e créditos a receber	25	25	156.677	98.360
Créditos tributários e previdenciários (Nota 13(a))	23.360	10.033	2.976	5.150
Outros créditos	90	78	1.740	-
Despesas antecipadas (Nota 8)	4.126	5.267	58.291	43.917
Custos de aquisição diferidos	2.965	2.653	768.996	679.094
Não circulante	592.875	422.148	2.270	1.137
Realizável a longo prazo	592.875	420.926	2.270	1.137
Aplicações (Nota 5(a))	580.229	420.926	2.143	1.137
Outros valores e bens	11.341	-	127	-
Investimentos	60	60	253.328	217.222
Obras de arte	60	60	294.864	294.864
Imobilizado	1.245	1.162	8.090	4.166
Bens móveis	1.245	1.162	3.070	925
Total do ativo	1.319.757	1.069.904	1.319.757	1.069.904
			Passivo Circulante	
			Contas a pagar	
			Obrigações a pagar (Nota 14)	
			Impostos e encargos sociais a recolher	
			Encargos trabalhistas (Nota 15)	
			Impostos e contribuições (Nota 16)	
			Outras contas a pagar	
			Débitos de operações com seguros e resseguros	
			Operações com resseguradoras (Nota 9)	
			Corretores de seguros e resseguros (Nota 10)	
			Outros débitos operacionais	
			Depósitos de terceiros (Nota 11)	
			Provisões técnicas (Nota 18)	
			Não circulante	
			Outros débitos	
			Obrigações fiscais (Nota 16)	
			Contingências (Nota 17)	
			Patrimônio líquido	
			Capital social (Nota 19.1)	
			Ajuste de avaliação patrimonial	
			Reserva legal (Nota 19.2.1)	
			Prejuízos acumulados	
			Total do passivo e patrimônio líquido	
			1.319.757	1.069.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro

	Capital Social	Reserva Legal	Ajuste TVM	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	194.483	-	(5.513)	(95.682)	93.288
Aumento de capital					
AGE de 16/06/2016 - Processo SUSEP nº 15414.002031/2016-86 de 09/09/2016 (Nota 19.1)	100.381			(925)	100.381
Reserva legal		925		(4.625)	(4.625)
Dividendos a pagar (Nota 14)			9.679	18.499	9.679
Titulos e valores mobiliários				18.499	18.499
Lucro líquido do exercício				(82.733)	217.222
Saldos em 31 de dezembro de 2016	294.864	925	4.166	(82.733)	217.222
Reserva legal		2.145		(2.145)	-
Dividendos a pagar (Nota 14)				(10.728)	(10.728)
Titulos e valores mobiliários			3.924	3.924	3.924
Lucro líquido do exercício				42.910	42.910
Saldos em 31 de dezembro de 2017	294.864	3.070	8.090	(52.696)	253.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Swiss Re Brasil Resseguros S.A. ("Swiss Re" ou "Resseguradora") com sede na Avenida Paulista, 500 - 5º andar, Conjunto 53, Bela Vista, São Paulo, SP, foi constituída em 09 de junho de 2012 e foi autorizada a operar como Resseguradora local através da portaria SUSEP nº 4.661 de 14 de junho de 2012, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Swiss Reinsurance Company Ltd. e pela Swiss Re Reinsurance Holding Company Ltd. Operando na condição de resseguradora local, a Swiss Re aumenta o leque de opções do mercado segurador brasileiro, oferecendo soluções diferenciadas em resseguro. A Swiss Re faz grandes investimentos no desenvolvimento de novos conceitos de subscrição, produtos e soluções em resseguro. Atuando no Brasil, compartilha sua experiência com as seguradoras brasileiras e amplia a aplicação do potencial de seu capital intelectual. Em consonância com os dispositivos legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, que foram devidamente aprovadas pela diretoria da Resseguradora em 23 de fevereiro de 2018.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente, exceto quando indicado o contrário.

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Resseguradora, na determinação e no registro de estimativas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.1.3. **2.1.1 Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Resseguradora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua ("a moeda funcional"). Sendo assim, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Resseguradora. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas no resultado do período. **2.1.3 Estimativas e julgamentos significativos:** As principais políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou premissas e variáveis com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. **2.1.3.1 Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguros:** As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguros representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e atuários da Resseguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **2.1.3.2 Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros:** A Resseguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Resseguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de resseguro e retrocessão. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos em até três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Aplicações, ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no balanço patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. **2.3.1 Classificação e mensuração:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) disponíveis para venda, (iii) empréstimos e recebíveis, e (iv) mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. **(ii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda, não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o

vencimento". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, deduzido os seus efeitos tributários, até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. **(iii) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Prêmios a receber", "Créditos das Operações", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço. **(iv) Mantidos até o vencimento:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Atualmente a companhia não possui nenhum ativo classificado nessa categoria. **2.3.2 Impairment de ativos financeiros:** A Resseguradora avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo. A metodologia da provisão para risco sobre crédito consiste basicamente em três diferentes vertentes que são: Aspectos qualitativos: (a) Provisão nacional de saldos de créditos a receber quando análises sobre a saúde financeira da empresa que mede alguns fatores como: índice de liquidez corrente e geral; suficiência perante CMR (Capital Mínimo Requerido), CR (Capital de Risco) e cobertura das provisões técnicas; e, análise sobre o relatório dos auditores independentes do último período auditado, apresentarem índices/ resultados abaixo daqueles considerados adequados por esta Resseguradora, ou (b) Provisionamento de saldos de créditos a receber com as empresas sob liquidação imposta pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, ou ainda, Aspecto quantitativo: Provisionamento de saldos de créditos a receber superior a um período que esta Resseguradora entenda adequado, dentro de seus critérios de análise, mesmo que nenhum dos itens (a) ou (b) acima sejam atendidos. **2.4 Ativo permanente:** **2.4.1 Imobilizado:** Está demonstrado ao custo e a depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme as seguintes taxas anuais: móveis e utensílios - 10% e equipamentos - 20%. **2.5 Impairment de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para impairment no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de teste de impairment de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa independentes gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). **2.6 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciários:** **2.6.1 Ativos e Passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade da realização, ou seja, quando a realização da receita for julgada praticamente certa em caráter definitivo a favor da Resseguradora. Passivos contingentes conforme o CPC 25, referem-se a obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. São classificados como: (i) perdas prováveis, onde são constituídas provisões, (ii) perdas possíveis, onde são divulgados, quando relevantes, sem que sejam provisionados, e (iii) perdas remotas, onde não requerem provisão e divulgação. Estas classificações serão avaliadas por consultores jurídicos e revisadas periodicamente pela administração da Resseguradora quando da existência de passivos contingentes. Os valores serão baseados nas notificações dos processos administrativos ou judiciais e atualizados mensalmente. **2.6.2 Obrigações legais:** Relativos às obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial e são reconhecidas pelo valor integral em discussão e permanecem registradas até a fase de trânsito em julgado. **2.7 Provisões Técnicas - resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP, conforme Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015. A Circular SUSEP nº 517, de 30 julho de 2015, e atualizações posteriores, dispôs sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. **2.7.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos e riscos não decorridos dos contratos. O cálculo da PPNG é definido de acordo com as informações disponíveis e por tipo de contrato, seguindo as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. **Contratos Facultativos:** O cálculo da PPNG para os contratos facultativos consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. **Contratos Proporcionais:** O cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo Risk Attaching consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. O cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo Loss Occurring consiste no diferimento do prêmio de acordo com as características do contrato e das apólices cobertas de forma que o prêmio seja ganho de forma homogênea durante a vigência do contrato. A base de cálculo é o prêmio a ser apropriado durante o contrato de resseguro referente a todos os riscos, inclusive os iniciados antes do início de vigência do contrato. O cálculo abrange qualquer risco vigente no período do contrato.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Prêmios emitidos (Nota 3.1)	367.539	239.272
Variações das provisões técnicas	(51.247)	(27.768)
Prêmios ganhos (Notas 21 e 22 (a))	316.292	211.504
Sinistros ocorridos (Nota 22 (b))	(213.012)	(250.879)
Custos de aquisição (Nota 22 (c))	(5.785)	(6.331)
Outras receitas e despesas operacionais	(11.047)	(4.568)
Resultado com retrocessão (Nota 22 (d))	(33.794)	67.733
Despesas administrativas (Nota 22 (e))	(31.203)	(28.316)
Despesas com tributos (Nota 22 (f))	(13.084)	(9.718)
Resultado financeiro (Nota 22 (g))	60.551	51.702
Receitas financeiras	65.475	54.722
Despesas financeiras	(4.924)	(3.020)
Resultado operacional	68.918	31.367
Resultado antes dos impostos e participações	68.918	31.367
Impostos e contribuições (Nota 12)	(22.946)	(10.083)
Participações sobre o resultado	(3.062)	(2.785)
Lucro líquido do exercício	42.910	18.499
Quantidade de ações	294.864.449	294.864.449
Lucro por ação (i)	0,146	0,063

(i) O Lucro básico por ação e o lucro diluído por ação têm o mesmo valor por representarem somente ações ordinárias.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Lucro líquido do exercício	42.910	18.499
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Varição dos ajustes com títulos e valores mobiliários disponíveis para venda (Nota 5 (c))	7.133	13.087
Efeitos tributários sobre outros componentes do resultado abrangente		



Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

necessidade de ajuste na Provisão de Sinistro a Liquidar. De acordo com a prática atuarial vigente, para os fechamentos de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foi identificada necessidade de constituição de IBNER. **2.7.4 Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):** O cálculo desta provisão visa à cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando apenas os valores das indenizações, de acordo com a responsabilidade já assumida pela Resseguradora. A IBNR é constituída por segmento de negócio e a metodologia de cálculo aplicada, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é baseada em critérios "estatístico-atuarial", adotando-se método da Sinistralidade Inicial Esperada ("SIE"), do Desenvolvimento de Sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). O método da sinistralidade inicial esperada projeta o sinistro final através da multiplicação da sinistralidade inicial esperada pelo prêmio ganho. A sinistralidade inicial esperada por contrato foi estimada com base em premissas de precificação próprias. O método do Desenvolvimento de Sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para determinar a estimativa de sinistros finais. O método de Bornhuetter-Ferguson utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial esperada, para determinar a estimativa de sinistro final. **2.7.5 Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** Conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Resseguradora deve adotar a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas próprias relacionadas a sinistros. A provisão é constituída no momento em que a despesa é notificada à Resseguradora, por isso, a Resseguradora observa constantemente sua operação e caso se tenha previsão de incorrer em despesas aloáveis a sinistros, a provisão será constituída. **2.7.6 Outras Provisões - Provisão de Excedente Técnico (PET):** É constituída para garantir a destinação de excedentes decorrentes de supervit técnico e é calculada de acordo com os critérios estabelecidos em cláusula específica nos contratos de resseguro que tenham previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos. **2.8 Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e atualizações posteriores, que instituiu o Teste de Adequação do Passivo (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Resseguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de resseguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade ser avaliada reconhecer este valor na rubrica "Complementar de Cobertura (PCC)", quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de retrocessão e para a sua realização a Resseguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre eventos a ocorrer e eventos ocorridos e, posteriormente, entre seguros de Danos (subgrupos 01 - Patrimonial, 02 - Lucros Cessantes, 03 - Responsabilidades, 05 - Automóvel, 06 - Transportes, 07 - Riscos Financeiros, 11 - Rural, 14 - Marítimos e 15 - Aeronáuticos) e seguros de Pessoas (subgrupos 09 - Pessoas e 12 - Outros) e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2017, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETJL), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação do Passivo de 31 de dezembro de 2017 foram, em média, as seguintes:

Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2017
1	Patrimonial	53,81%
2	Riscos Especiais	39,03%
3	Responsabilidades	65,02%
4	Automóvel	61,52%
5	Transportes	34,94%
6	Riscos Financeiros	33,27%
7	Pessoas Coletivo	32,99%
9	Rural	53,07%
11	Outros	108,70%
12	Marítimos	52,14%
14	Aeronáuticos	58,91%

Com base no Estudo Atuarial do TAP da Swiss Re Brasil Resseguros S/A na data base de 31 de dezembro de 2017, concluiu-se que o seu passivo por contrato de resseguro está adequado para os grupos de eventos a ocorrer e de eventos ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. **2.9 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** Em 31 de dezembro de 2017 a Resseguradora apurou base de cálculo para pagamento de imposto de renda e contribuição social, recolhidos sob a forma de antecipações mensais, porém não reconheceu créditos tributários oriundos de prazo em virtude de ainda não ter cedido os requisitos da Circular SUSEP nº 517 de 30 de julho de 2015. A Resseguradora está sujeita ao IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica sobre a alíquota de 25% e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL na alíquota de 20%. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.10 Apuração do resultado: 2.10.1 Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de resseguro:** Os prêmios de resseguros serão reconhecidos a partir da sua aceitação e correspondente emissão dos contratos, com base nos volumes de prêmios estimados e/ou auferidos pelas cedentes. A apropriação dos prêmios de resseguros, prêmios cedidos em retrocessão e comissões no resultado é de acordo com o prazo de vigência dos contratos de resseguro, ao longo do período de risco. **2.10.2 Comissões:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência dos contratos. As despesas de comercialização serão registradas quando da emissão dos contratos e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos será realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de resseguro relacionado. O custo do aquisição diferido de prêmio no montante R\$ 2.965 em dezembro de 2017 (R\$ 2.653 em dezembro de 2016) trata-se de uma provisão técnica que está diretamente atrelada à obrigação junto a corretores de resseguro, que são envolvidos no processo de aceitação de riscos por parte desta Resseguradora. **2.10.3 Sinistros:** Os sinistros serão refletidos no resultado a partir do momento em que a Resseguradora for informada pelas cedentes. O valor a ser registrado de sinistro pela Resseguradora será conforme sua participação descrita em contrato.

3. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de resseguros

3.1 Gestão de risco de resseguro: A Resseguradora oferece no mercado segurador brasileiro, coberturas de resseguros para as carteiras de Responsabilidade Civil, Patrimonial, Riscos de Engenharia, Riscos Financeiros, Garantia, Transportes, Agrícola, Automóveis, Pessoas (Vida coletivo e Acidentes Pessoais), Aeronáuticos e Outros nas modalidades de cota parte, excedente de responsabilidade e excesso de danos por risco e por evento. Nossos canais de distribuição compreendem a intermediação de corretores de resseguros, bem como a forma direta com seguradoras e Resseguradoras. Os contratos de resseguros proporcionais (cota parte e excedente de responsabilidade) compreendem a aceitação de uma porção proporcional dos riscos relacionados às apólices emitidas pelas cedentes. Os contratos de resseguros não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento) compreendem a aceitação da porção do risco acima de uma prioridade previamente acordada. **Concentração de Riscos:** Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso II do artigo 43º da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015 "Na definição dos segmentos de mercado, deverá ser considerada a região 2 (dois)..."

Grupo de Ramos	Nome	Região	Dezembro 2017	Dezembro 2016
1	Patrimonial	2	98.486	98.103
2	Riscos Especiais	2	(24)	(300)
3	Responsabilidades	2	5.552	15.495
5	Automóvel	2	7.718	12.506
6	Transportes	2	22.418	21.320
7	Riscos Financeiros	2	10.550	23.727
9	Pessoas Coletivo	2	174.933	26.233
11	Rural	2	25.226	23.988
12	Outros	2	12.368	-
14	Marítimos	2	3.924	4.897
15	Aeronáuticos	2	6.388	13.303
Prêmios emitidos			367.539	239.272

(a) Análise de sensibilidade: Conforme estabelecido no CPC 11, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados, caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante à data do balanço. Em atendimento ao Artigo 156, inciso XI da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as variáveis de risco de taxa de juros e sinistralidade, para todos os grupos de ramos da Resseguradora. O impacto no resultado e patrimônio líquido decorrente das sensibilidade tratadas com valores brutos de retrocessão antes dos impostos são os seguintes: **Sensibilidades TAP Dezembro 2017:**

	Valor Presente	Impacto	%
Base do TAP	543.244	-	-
Aumento 10% Sinistralidade	560.157	(16.913)	3,1%
Redução 10% Sinistralidade	527.132	16.112	3,0%
Aumento 0,5% Taxa de Desconto	536.169	7.075	1,3%
Redução 0,5% Taxa de Desconto	550.468	(7.224)	1,3%

Subscrição: Conforme padrão do Grupo Swiss Re, os critérios de subscrição para a Resseguradora estão definidos internamente e deverão ser rigorosamente seguidos. Esses critérios determinarão as classes de negócio em que se poderão aceitar riscos, as exclusões básicas, os limites de aceitação e as alçadas, dispondo ainda sobre os seguintes temas: • Estrutura interna de Subscrição: funções de cada área, níveis de responsabilidade e alçadas. • Formulários padrões para coleta de dados por segmento de negócio. • Regras de Subscrição: regras gerais, condições específicas por segmento de negócio, alçadas de decisão e ferramentas de precificação para cada segmento. • Comitês de Gerenciamento de Riscos e Acumulados. • Requisitos de Auditorias Periódicas Internas. • Exclusões por Classe de Negócio, por exemplo, não aceitação de negócios envolvendo lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e projetos ambientalmente incorretos. • Assegurar o Compliance que os requerimentos de capital estão alinhados com os requerimentos locais. • Requerimentos de governança para subscrição. Todos os contratos (automáticos ou facultativos) passam pelas etapas descritas a seguir: Preenchimento de formulários de análise de riscos da Swiss Re antes da aceitação, e em conformidade com padrões internos estabelecidos. O departamento de subscrição analisa uma série de fatores, incluindo, mas não limitado ao tipo de risco a ser assumido, o ramo, a avaliação atuarial da adequação do prêmio, a subscrição técnica da cedente e os resultados técnicos da mesma, a condição financeira da cedente, a reputação do departamento de sinistros da cedente e a exposição que o contrato agrega à carteira da Resseguradora. Outros fatores avaliados pela Resseguradora incluem a reputação da cedente, a área geográfica em que a cedente faz negócios, a participação de mercado da cedente, uma avaliação detalhada de exposições catastróficas, uma análise dos sinistros históricos da cedente, e se for possível, um comparativo da sinistralidade da cedente e a sinistralidade do mercado. E praxe desta Resseguradora manter estreito contato com as áreas de sinistro e subscrição das cedentes para acompanhamento das políticas descritas. **3.1.1 Retrocessão:** A Resseguradora utiliza a compra de resseguro junto a resseguradoras para suportar suas operações de subscrição e gerenciar sua retenção por risco e por evento ante uma ocorrência. A cobertura de resseguro é comprada de acordo com o tipo de risco assumido. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem a redução da exposição, a proteção contra riscos catastróficos, a proteção contra a perda de capital inesperado e permite a subscrição de negócios adicionais. Contratos de resseguros não eximem, legalmente, a Resseguradora de suas obrigações em relação ao risco assumido. **3.1.2 Administração de sinistros:** A Resseguradora utiliza a política de regulação de sinistros adotada pelo Grupo Swiss Re. O controle da regulação de sinistros será de responsabilidade do departamento de sinistros, apoiado tecnicamente pelas diversas áreas de subscrição especializadas em cada ramo. A descrição dos procedimentos operacionais e processos de regulação de sinistros consta na política interna de sinistros do Grupo Swiss Re, a qual requer avaliação de: • coberturas contratadas em relação à reclamação do sinistro; • exclusões aplicáveis (legitimidade da cobertura); • valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • tipo de ocorrência, providências tomadas e dimensões dos danos; • contratação de peritos ou envolvimento de especialistas ou advogados nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Resseguradora determina para cada um dos seus contratos as cláusulas relacionadas às definições de sinistros, assim como valores e limites para a notificação de sinistros, cláusula de liquidação e cooperação de sinistros, despesas e honorários de regulação, assim como condições para pedido de adiantamento pela cedente. A Swiss Re poderá acompanhar a regulação do processo de sinistro ou eleger, em conjunto à cedente, reguladores especializados. Para os casos de uso de empresa externa de regulação de sinistros, as empresas a serem utilizadas devem ser as aprovadas pelo departamento de sinistros, conforme regulamento interno e ter adequada expertise para cada tipo de sinistro, bem como anuidade da cedente. **3.2 Gestão de riscos financeiros: 3.2.1 Risco de mercado: 3.2.1.1 Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Resseguradora incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de proteção de risco de mercado decorrente dessas taxas, muito embora adote uma posição conservadora de suas aplicações financeiras. **3.2.2 Risco de crédito:** O risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de resseguro e dos créditos detidos junto às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área financeira da Resseguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Resseguradora.

Sem Classificação	Baa2	Dezembro 2017
Caixa e equivalentes de caixa	1.616	1.616
Títulos disponíveis para venda	-	634.423
Títulos públicos	-	634.423
Empréstimos e recebíveis	332.998	332.998
Total	334.614	634.423

Sem Classificação	Baa2	Dezembro 2016
Caixa e equivalentes de caixa	771	771
Títulos disponíveis para venda	-	495.699
Títulos públicos	-	495.699
Empréstimos e recebíveis	243.599	243.599
Total	244.370	495.699

3.2.3 Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar este risco.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Dezembro 2017	Dezembro 2016
Caixa e bancos	1.616
Total	1.616

5. Aplicações financeiras

(a) Segregação entre curto e longo prazo:

Dezembro 2017	Dezembro 2016			
Saldo	Saldo			
Circulante	54.194	8,5	74.773	15,1
Não circulante	580.229	91,5	420.926	84,9
Total	634.423	100,0	495.699	100,0

(b) Composição dos títulos:

Dezembro 2017	Dezembro 2016		
Vinculados	Não Vinculados	% Vinculados	% Vinculados
614.184	20.239	100,0	495.699
Total	614.184	20.239	100,0

(c) Movimentação das aplicações:

Dezembro 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste TVM	Dezembro 2017	
Disponíveis para venda	495.699	529.798	(460.690)	62.483	7.133	634.423
Títulos públicos federais	495.699	529.798	(460.690)	62.483	7.133	634.423
Total	495.699	529.798	(460.690)	62.483	7.133	634.423

Disponíveis para venda

Dezembro 2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste TVM	Dezembro 2016	
Títulos públicos federais	279.252	555.361	(406.500)	54.499	13.087	495.699
Total	279.252	555.361	(406.500)	54.499	13.087	495.699

(d) Títulos disponíveis para venda: O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor justo das aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda eram os seguintes:

Dezembro 2017	Dezembro 2016		
Custo atualizado	Ajustes ao valor de mercado	Valor de mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	193.866	(91)	193.775
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	165.714	3.098	168.812
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	128.545	4.567	133.112
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	151.745	7.902	159.647
Total	619.715	14.708	634.423

Dezembro 2016	Dezembro 2016		
Custo atualizado	Ajustes ao valor de mercado	Valor de mercado	
Títulos Disponíveis para Venda	193.866	(91)	193.775
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	165.714	3.098	168.812
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	128.545	4.567	133.112
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	151.745	7.902	159.647
Total	488.125	7.574	495.699

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: (i) Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor de mercado por vencimento está assim distribuído:

(e) Vencimento dos títulos e valores mobiliários:

Dezembro 2017	Dezembro 2016	
A vencer - até 1 ano	6.888	9.709
Letras financeiras do tesouro (LFT)	47.306	65.064
Letras do tesouro nacional (LTN)	54.194	74.773

Dezembro 2016	Dezembro 2016	
A vencer - de 1 a 5 anos	250.595	153.035
Letras financeiras do tesouro (LFT)	164.743	103.748
Letras do tesouro nacional (LTN)	87.376	89.242
Notas do tesouro nacional (NTN)	502.714	346.025

Dezembro 2016	Dezembro 2016	
A vencer - de 5 a 10 anos	5.244	31.031
Letras financeiras do tesouro (LFT)	72.271	36.100
Notas do tesouro nacional (NTN)	77.515	67.131

Dezembro 2016	Dezembro 2016	
A vencer - acima de 10 anos	-	7.770
Notas do tesouro nacional (NTN)	-	7.770
Total	634.423	495.699

(f) Estimativa do valor justo: A Resseguradora possui como política de gestão de risco financeira, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando a alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A composição das aplicações financeiras está classificada no Nível 1 para títulos públicos. A Resseguradora não possui instrumentos financeiros que em virtude de suas características deviam ser classificadas nos Níveis 2 e 3. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Dezembro 2017	Dezembro 2016	
Nível 1	Total	
Títulos disponíveis para venda	262.727	262.727
Letras financeiras do tesouro (LFT)	212.049	212.049
Letras do tesouro nacional (LTN)	159.647	159.647
Notas do tesouro nacional (NTN)	634.423	634.423
Total	634.423	634.423

Dezembro 2016	Dezembro 2016	
Nível 1	Total	
Títulos disponíveis para venda	193.775	193.775
Letras financeiras do tesouro (LFT)	168.812	168.812
Letras do tesouro nacional (LTN)	133.112	133.112
Notas do tesouro nacional (NTN)	495.699	495.699

(g) Taxas de juros contratadas: As taxas de juros contratadas são apresentadas da seguinte forma:

Dezembro 2017	Dezembro 2016	
Taxa de juros contratada	Taxa de juros contratada	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	10,86% a 16,96% a.a.	11,39% a 16,49% a.a.
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10% a.a.	10% a.a.
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	10% a.a.	10% a.a.
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	100% Selic	100% Selic

6. Operações com seguradoras e resseguradoras

(a) Composição dos prêmios a receber - operações com seguradoras:

Dezembro 2017	Dezembro 2016		
Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2017	Dezembro 2016
1	Patrimonial	60.656	62.795
2	Riscos Especiais	192	715
3	Responsabilidades	6.530	9.678
5	Automóvel	15.192	12.150
6	Transportes	16.980	15.955
7	Riscos Financeiros	10.806	20.161
9	Pessoas Coletivo	88.282	39.997
11	Rural	25.872	32.517
12	Outros	12.368	-
14	Marítimos	2.366	3.231
15	Aeronáuticos	8.707	12.703
Total	247.951	209.902	

(b) Composição das operações com resseguradoras:

Dezembro 2017	Dezembro 2016		
Grupo de Ramos	Nome	Dezembro 2017	Dezembro 2016
1	Patrimonial	3.992	9.893
3	Responsabilidades	139	279
5	Automóvel	52	67
6	Transportes	182	177
7	Riscos Financeiros	192	2.832

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Provisões técnicas - Resseguradora

(a) Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos por ramo - brutas de retrocessão:

Grupo de Ramos	Dezembro 2017					Total
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido	
1 Patrimonial	71.929	227.374	97.641	242	(4.994)	392.192
2 Riscos especiais	95	98	98	—	—	193
3 Responsabilidades	5.557	17.031	19.511	1.227	(851)	42.475
5 Automóvel	2.329	9.451	7.322	5.211	(208)	24.105
6 Transportes	16.220	7.818	4.294	141	(629)	27.844
7 Riscos financeiros	14.755	4.118	8.411	12.920	(5.543)	34.661
9 Pessoas coletivo	81.829	39.223	47.180	5.116	(7.400)	165.948
11 Rural	24.220	10.323	11.149	853	(8.809)	37.736
12 Outros	19.689	—	2.872	1.341	(8.933)	14.969
14 Marítimos	2.102	4.744	1.119	38	(137)	7.866
15 Aeronáuticos	8.648	2.975	9.999	722	(1.337)	21.007
Total	247.373	323.057	209.596	27.811	(38.841)	768.996

Grupo de Ramos	Dezembro 2016					Total
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido	
1 Patrimonial	67.238	231.457	108.357	138	(6.655)	400.535
2 Riscos especiais	211	—	246	—	—	457
3 Responsabilidades	6.608	6.786	18.776	623	(1.018)	31.775
5 Automóvel	9.482	7.114	6.596	3.679	(1.124)	25.747
6 Transportes	12.408	5.554	10.212	122	(690)	27.606
7 Riscos financeiros	13.901	1.962	6.668	13.318	(5.430)	30.419
9 Pessoas coletivo	54.529	8.723	29.747	5.471	(17.164)	81.306
11 Rural	21.467	12.261	18.379	58	(7.594)	44.571
12 Outros	—	—	—	—	—	—
14 Marítimos	3.220	3.626	1.058	—	(292)	7.612
15 Aeronáuticos	13.403	4.708	12.141	551	(1.737)	29.066
Total	202.467	282.191	212.180	23.960	(41.704)	679.094

(b) Movimentação das provisões técnicas e custo de aquisição diferidos - brutas de retrocessão:

Saldo anterior	Dezembro 2017					Total
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido	
202.467	282.191	212.180	23.960	(41.704)	679.094	
—	212.850	—	—	—	212.850	
(-)	(189.331)	—	—	—	(189.331)	
(+)	44.906	17.347	(2.584)	3.851	2.863	
(-)	(209.596)	—	—	—	(209.596)	
Saldo final	247.373	323.057	209.596	27.811	(38.841)	768.996

Saldo anterior	Dezembro 2016					Total
	Provisão de prêmio não ganho	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de excedentes técnicos	Custo de aquisição diferido	
176.173	233.920	181.003	15.500	(34.180)	572.416	
—	221.295	—	—	—	221.295	
(-)	(173.024)	—	—	—	(173.024)	
(+)	26.294	17.347	31.177	8.460	(7.524)	
(-)	(202.467)	—	—	—	(202.467)	
Saldo final	202.467	282.191	212.180	23.960	(41.704)	679.094

(c) Tabela de desenvolvimento de sinistros: A tabela de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos avisos de sinistro recebidos pela Swiss Re para cada ano de subscrição dos contratos. O montante avisado varia à medida que informações atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

	Ano de Subscrição						Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
No ano de subscrição	—	3.053	29.300	159.976	10.424	19.094	221.847
Um ano após o ano de subscrição	1.799	54.846	133.135	96.380	155.790	—	441.950
Dois anos após o ano de subscrição	14.156	43.126	110.219	33.445	—	—	200.946
Três anos após o ano de subscrição	18.806	3.775	18.447	—	—	—	41.028
Quatro anos após o ano de subscrição	500	(1.131)	—	—	—	—	(631)
Cinco anos após o ano de subscrição	4.554	—	—	—	—	—	4.554
Total de sinistros avisados	39.815	103.669	291.101	289.801	166.214	19.094	909.694
Pagamentos	35.747	87.509	268.912	74.573	117.482	2.414	586.637
Sinistros pendentes	4.068	16.160	22.189	215.228	48.732	16.680	323.057

(d) Garantias das provisões técnicas: Os valores contábeis das aplicações vinculadas à SUSEP em coberturas de provisões técnicas são as seguintes:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Provisões técnicas - resseguradora	768.996	679.094
(-) Ativos de retrocessão	(281.432)	(256.420)
(-) Direito creditório	(115.210)	(80.571)
Total das provisões técnicas líquidas de retrocessão a ser coberto	372.354	342.103
Total das aplicações em garantia das provisões técnicas	614.184	495.699
Cobertura excedente	241.830	153.596
20% do Capital de Risco (CR)	12.437	11.444
Liquidez excedente	229.393	142.152

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social: Em 27 de junho de 2016 foi protocolado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP sob expediente nº 20-004822/2016, pedido de aumento de capital no montante de R\$ 100.381, que foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº85 de 09 de setembro de 2016. Na data-base de 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 294.864 em 2017 e de R\$ 294.864.449 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. **19.2 Reservas:**

19.2.1 Reserva legal: A reserva legal será constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, que tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. O saldo da reserva legal é de R\$ 3.070 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 925 em 31 de dezembro de 2016). **19.2.2 Reserva estatutária:** A reserva estatutária será constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos e juros de capital próprio, com a finalidade de reinvestimento futuro na operação da Resseguradora através de incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas. **19.2.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais e é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas será reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio, quando aplicável, será reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (a) 50% do lucro líquido da Resseguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao Imposto de Renda); e (b) 50% dos lucros acumulados da Resseguradora e das reservas de lucros. O saldo de dividendos a pagar é de R\$ 15.353 (Nota 14) em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.625 em 31 de dezembro de 2016).

20. Patrimônio líquido ajustado - PLA

As Resoluções CNSP nº 283 de 30 de janeiro de 2013, e CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015 estabelecem os critérios de exigência de capital a serem observados para as sociedades seguradoras e Resseguradoras locais, como segue:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Patrimônio líquido contábil	253.328	217.222
Despesas antecipadas	(4.126)	(29)
Obras de arte	(60)	(60)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	249.142	217.134
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.143	—
PLA total	252.285	217.134
Capital base (a)	60.000	60.000
Capital de risco de subscrição	50.494	47.218
Capital de risco de crédito	9.559	8.239
Capital de risco de mercado	9.208	7.789
Capital de risco operacional	3.153	2.784
Benefício da diversificação	(10.227)	(8.812)
Capital de risco (b)	62.187	57.218
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (a) e (b)	62.187	60.000
Suficiência do PLA em relação ao CMR	190.099	157.134
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	305,7%	261,9%
Ativos líquidos das reservas técnicas - AL	241.830	153.596
Liquidez do ativo líquido AL/CR - %	388,9%	268,4%

21. Ramos de atuação

Grupo de Ramos	Dezembro 2017		Dezembro 2016	
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	92.031	23	3,3	4,2
2 Riscos especiais	92	(161)	(1,1)	12,0
3 Responsabilidades	829	220	6,0	4,4
5 Automóvel	12.425	28	2,0	34,3
6 Transportes	18.525	40	5,9	3,2
7 Riscos financeiros	10.208	216	0,9	86,9
9 Pessoas coletivo	138.599	94	(0,3)	25,3
11 Rural	22.891	28	0,4	70,5
12 Outros	272	1.056	—	3.662,9
14 Marítimos	4.849	126	14,2	1,2
15 Aeronáuticos	10.571	2	5,6	22,6
Total	316.292	67	4,8	25,7

Grupo de Ramos	Dezembro 2017		Dezembro 2016	
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade - %	Índice de comissão (corretagem) - %	Índice de comissão (resseguro aceito) - %
1 Patrimonial	83.018	99	3,5	19,5
2 Riscos especiais	(366)	91	17,4	—
3 Responsabilidades	15.914	61	3,5	19,5
5 Automóvel	8.984	122	7,6	47,0
6 Transportes	18.729	89	5,4	13,1
7 Riscos financeiros	27.384	286	0,2	50,4
9 Pessoas coletivo	7.354	152	0,5	306,9
11 Rural	36.474	77	0,2	42,3
14 Marítimos	4.058	95	11,2	9,1
15 Aeronáuticos	9.955	106	6,0	17,1
Total	211.504	119	3,0	37,8

22. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

(a) Prêmios ganhos

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Prêmios de resseguros	443.124	317.567
Comissão	(81.403)	(79.887)
Riscos vigentes e não emitidos	5.818	1.593
Provisão de prêmio não ganho	(47.772)	(18.771)
Provisão de excedentes técnicos	(3.475)	(8.998)
Total	316.292	211.504

(b) Sinistros ocorridos:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Indenização de sinistros	(230.007)	(219.708)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	2.583	(31.176)
Salvados	14.412	5
Total	(213.012)	(250.879)

(c) Custos de aquisição:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Corretagem	(6.096)	(6.880)
Variação de corretagens diferidas	311	549
Total	(5.785)	(6.331)

(d) Resultado com retrocessão:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Recuperação de sinistro de retrocessão	53.978	159.108
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	12.197	568
Prêmios de resseguros	(101.921)	(79.757)
Variação das despesas de retrocessão	16.364	(11.946)
Salvados	(14.412)	—
Total	(33.794)	67.973

(e) Despesas administrativas:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Despesas com pessoal próprio	(23.422)	(19.149)
Despesas com serviços de terceiros	(1.402)	(3.211)
Despesas com localização e funcionamento	(5.547)	(5.290)
Outras despesas administrativas	(832)	(666)
Total	(31.203)	(28.316)

(f) Despesas com tributos:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
COFINS	(8.706)	(5.723)
COFINS Importação	(1.526)	(1.392)
PIS	(1.415)	(930)
PIS Importação	(331)	(302)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(877)	(1.077)
Outros tributos	(229)	(294)
Total	(13.084)	(9.718)

(g) Resultado financeiro

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Receitas financeiras	65.475	54.722
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	62.483	54.499
Outras receitas financeiras	2.992	223
Despesas financeiras	(4.924)	(3.020)
Despesas financeiras com variação cambial	(3.186)	(537)
Outras despesas financeiras	(1.199)	(1.262)
IOF	(539)	(1.221)
Total	60.551	51.702

23. Remuneração dos administradores

A Resseguradora pagou o valor de R\$ 3.264 em forma de remuneração a administradores em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.664 em 31 de dezembro de 2016).

24. Benefícios a empregados



Swiss Re

Swiss Re Brasil Resseguros S.A.

CNPJ/MF nº 15.047.380/0001-97



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais

demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018


pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
 Contador CRC 1SP216396/O-5